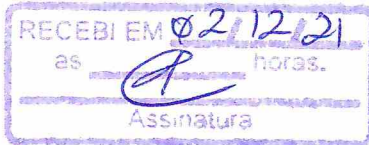




# PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO - MG

Nº. CONTROLE SICOM: 068/2021  
TERMO DE FOMENTO Nº. 052/2021



TERMO DE FOMENTO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SACRAMENTO, ESTADO DE MINAS GERAIS E ASSOCIAÇÃO FRATERNA CORINA NOVELINO PARA REPASSE DE RECURSO ADVINDO DO FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 021, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2021 – CMDCA.

**MUNICÍPIO DE SACRAMENTO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 18.140.764/0001-48, localizada na Praça Monsenhor Saul Amaral, 512 – Centro – CEP 38.190-000 - Sacramento/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. WESLEY DE SANTI DE MELO, inscrito no CPF n.º: 788.906.406-34, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL e,

**ASSOCIAÇÃO FRATERNA CORINA NOVELINO**, com sede na Anibal Ferreira Candido, n.º 655, Bairro Alto Boa Vista, nesta cidade de Sacramento/MG, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.235.393/0001-48, neste ato representado por sua Presidente RAIMUNDA SILVA TRINDADE, brasileira, inscrito no CPF sob o n.º. 856.003.508-75, residente e domiciliado nesta cidade de Sacramento, Estado de Minas Gerais, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

resolvem celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações e no Decreto Municipal nº. 315/2019, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CONSIDERANDO** nos termos da Resolução 021, de 06 de novembro de 2021, da CMDCA, que aprova o Projeto “Projeto FIA 2022”, no valor de R\$7.750,00 (sete mil, setecentos e cinquenta reais), em favor da instituição: Associação Fraterna Corina Novelino;

**CONSIDERANDO** os termos do processo nº. 3.595, de 08 de novembro de 2021;

**CONSIDERANDO** o Parecer Jurídico da lavra do advogado, Bruno Mateus do Nascimento, datado de 24 de novembro de 2021, fls. 77/81;

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto transferir e acompanhar a aplicação dos recursos repassados pelo FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA, conforme plano de trabalho.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO

### a) Dirigente responsável pela PROPONENTE

Iris Cruz, se responsabilizará, como gestora, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria, nos termos da Lei 13.019/14 e suas alterações.

Visto:  
S. M. Assuntos Jurídicos

S. M. Fazenda e Administração

S. M. Assistência Social



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO - MG

## b) Gestor responsável pela CONCEDENTE

Silvia Madalosso Dreher, Secretária Municipal de Assistência Social, se responsabilizará pela fiscalização da aplicação, execução, monitoramento e avaliação, e pela emissão do parecer conclusivo da prestação de contas da parceria.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

### São obrigações da CONCEDENTE:

- a) Fornecer os recursos para a execução deste objeto;
- b) Prorrogar a parceria de ofício, quando houver atraso na liberação dos recursos ou dos serviços, limitada a prorrogação ao exato período do atraso;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- d) Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- e) Emitir relatório de monitoramento e avaliação da parceria, antes e durante a vigência do objeto, e submeter à homologação pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que deverá conter no mínimo:
  1. A forma sumária das atividades e metas estabelecidas;
  2. As atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido, em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no Plano de Trabalho;
  3. Os valores efetivamente transferidos pela administração pública e valores comprovadamente utilizados;
  4. Quando for o caso, os valores pagos nos termos da lei de regência, os custos indiretos, os remanejamentos efetuados, as sobras de recursos financeiros, incluindo as aplicações financeiras, e eventuais valores devolvidos aos cofres públicos;
  5. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela organização da sociedade civil na prestação de contas;
  6. Análise das auditorias, realizadas, pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomarem em decorrência dessas auditorias;
- f) Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação.
- g) Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.
- h) Cumprir os prazos previstos na Lei do Marco Regulatório, no que se refere à Prestação de contas.
- i) Exigir da Entidade parceira a prestação de contas conforme determina a lei de regência, e demais exigências da Administração, caso houver, e do respectivo Tribunal de Contas.
- j) Realizar pesquisa de satisfação das parcerias quando caso a vigência ultrapasse 1 (um) ano, inclusive por Termo Aditivo.

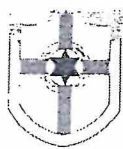
### São obrigações do PROPONENTE

- a) Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Fomento.

Visto:  
S. M. Assuntos Jurídicos

S. M. Fazenda e Administração

S. M. Assistência Social



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO - MG

- b) Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto.
- c) Manter os recursos aplicados.
- d) Efetuar os pagamentos somente por transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária. Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, a Administração Pública poderá admitir a realização de pagamentos em espécie.
- e) Fazer a restituição dos rendimentos financeiros, exceto se autorizado aumento de metas do objeto pactuado.
- f) Fazer restituição do saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, exceto se autorizado a reprogramar.
- g) Manter e movimentar os recursos na conta específica citada somente para os pagamentos acordados em Plano de Trabalho, anexo a este instrumento.
- h) Permitir livre acesso ao Gestor do responsável pelo Controle Interno, e dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da CONCEDENTE, e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes a este instrumento, junto às instalações da PROPONENTE.
- i) Transferir e permitir que o CONCEDENTE se responsabilize pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.
- j) Se responsabilizar exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de capital.
- k) Se responsabilizar exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, manter as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.
- l) Prestar contas no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 23, do Decreto Municipal nº. 315/2019 e de acordo com os critérios e indicações exigidos pela CONCEDENTE, com elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de execução do objeto e de execução financeira.
- m) Anexar e entregar balanço patrimonial, balancete analítico anual, demonstração de resultado do exercício e demonstração das origens e aplicação dos recursos da Entidade parceira, segundo as normas contábeis vigentes.
- n) Manter em seus arquivos durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas.
- o) Identificar o número do Instrumento da parceria e Órgão repassador no corpo dos documentos da despesa, e em seguida extrair cópia para anexar à prestação de contas a ser entregue no prazo à CONCEDENTE, inclusive indicar o valor pago quando a despesa for parcialmente com recursos do objeto.
- p) Divulgar esta parceria, em seu sítio na internet, com as informações relativas à parceria, tais como: data da assinatura, identificação do instrumento, do órgão CONCEDENTE, descrição do objeto da parceria, valor total da parceria, valores liberados e situação da prestação de contas da parceria.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO - MG

- q) Oficiar a relação de parentesco vinculado ao objeto, caso houver, de dirigente ou de membros da diretoria da entidade, inclusive de seus cônjuges ou companheiros, bem como se for parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau que tenha relação direta com servidores ou agentes políticos diretamente ligados ao CONCEDENTE.
- r) Adotar um roteiro de compras e contratações, onde se evidencie os Princípios da Administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, a ser seguido pela Entidade quando se tratar de recursos oriundos do Termo de Fomento.

## CLÁUSULA QUARTA – DO DESTINO DOS BENS REMANESCENTES

As partes reconhecem que os bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão dessa, houverem sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública será de titularidade e se incorporará ao patrimônio da CONCEDENTE.

## CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME JURÍDICO DO PESSOAL

A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos integralmente com recursos desta parceria deverá obedecer ao princípio da Administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Deverá seguir as normas da Legislação Trabalhista e respeitar acordos coletivos e sindicais.

## SUBCLÁUSULA ÚNICA – VÍNCULO TRABALHISTA

Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre o CONCEDENTE e o pessoal que a PROPONENTE utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste instrumento.

## CLÁUSULA SEXTA – DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

6.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos no valor de até **R\$7.750,00 (sete mil, setecentos e cinquenta reais)**, com vigência no mês de novembro de 2021 à dezembro de 2022, em única parcela a ser repassada até o **15º (décimo quinto) dia útil do mês de dezembro de 2021**, correndo a despesa à conta da seguinte dotação orçamentária: **3.3.50.39.00.00.00.00 – Ficha - 362 - Recurso – 100;**

## 6.2 – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados na conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, **Conta Corrente nº. 1993-9, agência 0940, CAIXA, agência de Sacramento.**

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

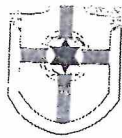
A prestação de contas deverá ser efetuada de forma integral, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 23, do Decreto Municipal nº. 315/2019.

## CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

Visto:  
S. M. Assuntos Jurídicos

S. M. Fazenda e Administração

S. M. Assistência Social



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO - MG

Este instrumento tem sua vigência contada a partir da data de sua assinatura até **31 de dezembro de 2022**, e poderá ser prorrogado a critério da PROPONENTE, desde que autorizado, e somente quando as razões se justificarem.

## 8.1 – DA PRORROGAÇÃO

A prorrogação dar-se-á de ofício, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, motivado pela PROPONENTE, protocolado junto ao Órgão Gestor da CONCEDENTE.

## CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

### 9.1 – DA RESCISÃO SEM ÔNUS

Quaisquer das partes têm faculdade para rescindir esta parceria, sem ônus, limitada a responsabilidade a execução do objeto parcial, desde que comunicado *ex-officio* com no mínimo 60 (sessenta dias) de antecedência, quando das seguintes razões:

- a) Acordado entre as partes, desde que as etapas proporcionais ao objeto, tenham sido plenamente realizadas e prestado contas até o montante do repasse realizado.
- b) Se houver atrasos nos repasses (definir prazo) que comprometam a execução do objeto;
- c) Em casos fortuitos, tais como guerra, tempestades, inundações e incêndio, que possa interferir diretamente na execução do objeto, comprovado com laudo de vistoria pelo CONCEDENTE ou por órgãos oficiais.

### 9.2 – DA RESCISÃO COM ÔNUS

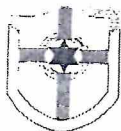
Ocorrendo descumprimento de quaisquer das cláusulas previstas neste instrumento, o mesmo poderá ser rescindido *ex-officio* pela CONCEDENTE, interrompido os repasses para que até 30 (trinta) dias seja apresentada a defesa, e ainda nos casos em que a PROPONENTE:

- a) No curso da parceria, possa ter sido declarada omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada com uma das três esferas de governo, inclusive com a administração indireta;
- b) Indicar como dirigente, durante a vigência do termo de Fomento, agente político do Poder público da mesma esfera governamental, bem como parente em linha reta ou colateral ou por afinidade, até segundo grau.
- c) Ter julgadas irregulares prestações de contas dos últimos 5 (cinco) anos, pela administração pública direta e indireta, federal, estadual ou municipal, no curso dessa parceria.
- d) Não ter sanado, em tempo hábil as irregularidades que motivaram a rejeição, e não forem quitados os débitos que lhes foram eventualmente imputadas ou for reconsiderada ou revista a decisão, das contas julgadas irregulares, pela administração pública direta e indireta, federal, estadual ou municipal, no curso dessa parceria.
- e) Receber, durante a vigência desta parceria, punição de suspensão de participar em licitação e impedimento para contratar com a administração pública, e ou ter sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública.

Visto:  
S. M. Assuntos Jurídicos

S. M. Fazenda e Administração

S. M. Assistência Social



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO - MG

- f) Tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitas pelo Tribunal de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos.
- g) Tenha entre seus dirigentes pessoa julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação.
- h) Tenha dirigentes suspensos dos direitos políticos de três a dez anos, conforme o caso, e proibidos de contratar com o poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três a dez anos, conforme o caso.

## CLÁUSULA DEZ – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Termo de Fomento será publicado no site da Prefeitura Municipal de Sacramento e no Jornal Oficial do Município, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, cumprido o disposto da legislação em vigor.

## CLÁUSULA ONZE – DO ANEXO

Faz parte integrante e indispensável deste instrumento, o Plano de Trabalho, na forma prevista na lei de regência.

## CLÁUSULA DOZE – DO FORO


As partes elegem o foro da comarca de Sacramento/MG para esclarecer dúvidas de interpelações deste instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente, nos termos do art. 109 da Constituição Federal.

## CLÁUSULA TREZE – DISPOSIÇÃO FINAL

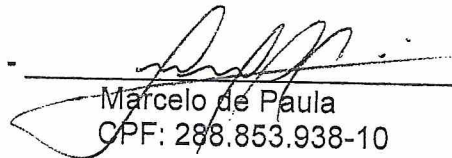
E, por estarem cientes e acordados com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.


Prefeitura Municipal de Sacramento, Estado de Minas Gerais, em 26 de novembro de 2021.

  
Wesley De Santi de Melo  
Prefeito

  
Raimunda Silva Trindade  
Presidente da Associação Fraterna Corina Novelino

### Testemunhas:

1) -   
Marcelo de Paula  
CPF: 288.853.938-10

2) -   
Renata Cristina Bessa  
CPF: 081.397.228-04

Visto:  
S. M. Assuntos Jurídicos

S. M. Fazenda e Administração

S. M. Assistência Social



# Associação Fraternal "Corina Novelino"

Aníbal Ferreira Cândido, 655 Sacramento - MG  
CNPJ: 02.235.393/0001-48 Lei de U. P. M. de nº 781 de 31 de agosto de 2001

05

## PLANO DE TRABALHO 1/3

### 1. DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade – 2º Partícipe Associação Fraternal Corina Novelino (Creche Tia Nina)				C.N.P.J. 02.235.393/0001-48	
Endereço Avenida Aníbal Ferreira Cândido, 655. Bairro: Alto Boa Vista					
Cidade Sacramento - MG	CEP 38.190-000	DDD/Telefone (34) 3351-1485	FAX	E-mail Afcn.tianina@hotmail.com	
Conta Corrente 1993-9	Banco: Caixa Econômica Federal	Agência: 0940			
Nome do Responsável Raimunda Silva Trindade				CPF 856 003 508 72	
Função Administradora	Cargo Presidente			C.I./Órgão Expedidor SSP	
Endereço Rua Mário Afonso Primo, N° 471. <b>BAIRRO:</b> Alto Boa Vista				CEP 38190000	

### 2. INTERVENIENTE

Nome Associação Fraternal Corina Novelino (Creche Tia Nina)		CNPJ/CPF 02.235.393/0001-48	
Nome do Responsável Raimunda Silva Trindade		Função Presidente	CPF 856.003.508-72
CI/Órgão Expedidor SSP SP			
Endereço Rua Mário Afonso Primo, 471. Bairro: Alto Boa Vista		Cidade Sacramento	CEP 38.190-000

RCS



# Associação Fraternal "Corina Novelino"

Aníbal Ferreira Cândido, 655

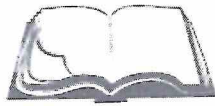
Sacramento - MG

CNPJ: 02.235.393/0001-48 Lei de U. P. M. de nº 781 de 31 de agosto de 2001

## 3. DISCRIMINAÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto	Período de Execução	
<b>Recebimento FIA - Fundo da Infância e Adolescência</b>	Início: 11/2021	Término: 12/2022
<b>Objetivo do Projeto:</b> <p>A Creche Tia Nina tem como objetivo favorecer o aprendizado, estimular o desenvolvimento e propiciar às crianças oportunidades de desenvolver novas habilidades e potencialidades, contribuindo para o desenvolvimento de um novo projeto de vida, baseado nos seus direitos de cidadania.</p>		
<b>Apresentação da Entidade:</b> <p>Em 22/08/1999 a Prof. Conceição Altair Tavares Cirino fundou a Escolinha Tia Nina em uma casa na rua Mário Afonso Primo, onde atendia crianças e adolescentes de 07 à 14 anos dando aulas de reforço, música, tribais, percussão, informática, pintura de tecido e tela, balé e atendimento com psicólogos.</p> <p>Dia 25 de Janeiro de 2006, às 20:00 horas, a Associação Fraternal Corina Novelino inaugura o prédio que abriga a Creche Tia Nina, numa cerimônia cercada de sonhos e fadas.</p> <p>No dia 15/11/2006 a Presidente Conceição veio a falecer, deixando o cargo para seu pai Srº. Alzídio Afonso Tavares e sua tia Iris Cruz (Diretora).</p> <p>Em 03/06/2014 as 19:30 horas realizou-se no salão da Associação Fraternal Corina Novelino "Escolinha Tia Nina" a reunião extraordinária cuja a convocação ocorreu por meio do Edital entregue e afixado, constando pauta de possível alteração e ou revogação do Estatuto da instituição, com conseqüente desmembramento da mesma. A Sra. Raimunda Silva Trindade deu início a reunião justificando a necessidade em vigência não permite a continuidade dos trabalhos em atendimento às crianças e familiares, quando subvencionados pelo poder público, isto por constar no Estatuto o caráter religioso. Assim, sugestionou a presidente que realize o desmembramento do CNPJ, passando a Associação Fraternal Corina Novelino a desenvolver o trabalho como Creche, podendo atender um número maior de crianças, com maior qualidade e segurança. A Senhora Iris comentou que desde que não se apague o contexto histórico do que já foi realizado, a mudança é bem-vinda, pois irá proporcionar um crescimento em benefício à comunidade carente. Sendo assim, passando de "Escolinha Tia Nina" para "Creche Tia Nina". Atualmente a entidade tem parceria com a Prefeitura Municipal que repassa uma verba anual de 12 parcelas que é insuficiente para as despesas do mês. Portanto, fazemos eventos para arrecadações de verbas para a instituição, porém ainda insuficiente para a manutenção geral da Creche Tia Nina.</p>		





# Associação Fraternal "Corina Novelino"

Anibal Ferreira Cândido, 655

Sacramento - MG

CNPJ: 02.235.393/0001-48

Lei de U. P. M. de nº 781 de 31 de agosto de 2001

## Justificativa da Proposição:

Temos 83 crianças de 2 a 5 anos matriculadas e 7 funcionários.

Para o ano de 2022 pretendemos contratar mais 5 funcionários.

Com a execução deste projeto, poderemos continuar oferecendo oportunidades de aprendizagem para as crianças, com atividades de higiene e saúde, coordenação motora ampla, através da pintura, música, dança, psicomotricidade, proporcionando desta maneira aos alunos criar de acordo com suas habilidades e experiências, elevar sua autoestima, desenvolver potenciais, favorecer o aprendizado e estimular a independência da criança, da criatividade, da imaginação, da atenção, da socialização e no desenvolvimento do mundo que a cerca.

Esta ação contínua produz resultados positivos e concretos, como melhoria no desempenho da independência da criança, elevação da autoestima, criatividade e exercício da cidadania.

Com a execução do projeto poderemos continuar:

- Contribuindo com a comunidade nos cuidados e aprendizados das crianças.
- Aprendizado e crescimento das crianças enquanto cidadão perante a sociedade.

Acreditamos que a educação é uma ferramenta para a melhoria da sociedade como um todo.

07



# Associação Fraternal "Corina Novelino"

Anibal Ferreira Cândido, 655 Sacramento - MG  
CNPJ: 02.235.393/0001-48 Lei de U. P. M. de nº 781 de 31 de agosto de 2001

## PLANO DE TRABALHO 2/3

### 4. PLANO DE APLICAÇÃO (R\$1,00)

Natureza da Despesa		Total	1º Partícipe (Município)	2º Partícipe (OSC)
Item	Especificação			
01	Arroz, feijão, carne, café, açúcar, sal, frango, verduras, legumes, frutas	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	
02	Panelas, tampas e utensílios para cozinha	R\$ 800,00	R\$ 800,00	
03	Caminhas empilháveis	R\$ 2.950,00	R\$ 2.950,00	
	<b>Total:</b>	<b>R\$ 7.750,00</b>	<b>R\$ 7.750,00</b>	



# Associação Fraternal "Corina Novelino"

Aníbal Ferreira Cândido, 655

Sacramento - MG

CNPJ: 02.235.393/0001-48 Lei de U. P. M. de nº 781 de 31 de agosto de 2001

09

## PLANO DE TRABALHO 3/3

### 5. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$1,00)

#### 1º Partícipe (Município)

Meta	1º Mês	2º Mês	3º Mês	4º Mês	5º Mês	6º Mês
	R\$ 645,87	R\$ 645,83	R\$ 645,83	R\$ 645,83	R\$ 645,83	R\$ 645,83

Meta	7º Mês	8º Mês	9º Mês	10º Mês	11º Mês	12º Mês
	R\$ 645,83	R\$ 645,83	R\$ 645,83	R\$ 645,83	R\$ 645,83	R\$ 645,83

#### 2º Partícipe (OSC)

Meta	1º Mês	2º Mês	3º Mês	4º Mês	5º Mês	6º Mês

Meta	7º Mês	8º Mês	9º Mês	10º Mês	11º Mês	12º Mês

### 6. DECLARAÇÃO

Na qualidade de Representante Legal do proponente, declaro, para fins junto ao Município de Sacramento, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgão ou entidade de Administração Pública Municipal, que impeça a Transferência de recursos oriundos de dotação consignadas nos orçamentos do Município, na forma deste plano de trabalho.

Pede Deferimento.

Sacramento, 28 de Outubro de 2021.

Assinatura do 2º Partícipe (OSC)

### 7. APROVAÇÃO DO MUNICÍPIO

Aprovado

Local e Data

1º Partícipe (Município)